



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



- Anexo II - Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis;
- Anexo III - Termo de Permissão de Uso de Bem Imóvel;
- Anexo IV - Planilha de Estimativa de Custos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

I – Na área de gestão:

- 1) Assegurar a organização, administração e gerenciamento das Unidades que são objeto do **CONTRATO DE PROGRAMA**, por meio do desenvolvimento de técnicas modernas e adequadas que permitam o desenvolvimento da estrutura funcional e a manutenção física das referidas Unidades e de seus equipamentos, além do provimento dos insumos necessários à garantia do seu pleno funcionamento;
- 2) Manter as unidades de Estratégia de Saúde da Família – ESF's, bem como todos os seus serviços, conforme definido no objeto do **CONTRATO DE PROGRAMA**, atendendo às obrigações constantes das especificações técnicas previstas nos Anexos que integram este e daquelas estabelecidas na legislação referente ao Sistema Único de Saúde – SUS, bem como, nos demais diplomas federal e municipal que regem a presente contratação;
- 3) Cumprir as condições estabelecidas neste projeto durante todo o prazo de vigência do **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- 4) Contratar pessoal nos casos de demanda comprovada, após o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, mediante processo seletivo simplificado, com critérios objetivos, sendo a ampliação de pessoal objeto de reajuste de valor contratual;
- 5) Executar o objeto do contrato conforme especificado, responsabilizando-se exclusiva e integralmente pelo pessoal contratado utilizado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, e, inclusive de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada, sem nenhuma transferência de responsabilidade para a **CONTRATANTE**;
- 6) Assumir os riscos inerentes a atividade, bem como todos e quaisquer ônus relativos a impostos, taxas, obrigações trabalhistas e aqueles pertinentes a Seguridade Social;
- 7) Manter a capacitação permanente dos profissionais que prestam os serviços relacionados ao presente **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- 8) Implantar serviço de logística de suprimentos, a fim de garantir adequado fornecimento de materiais, equipamentos e medicamentos às unidades de saúde que compõem o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- 9) Elaborar proposta de regimento interno, protocolo de funcionamento, ou instrumento do gênero, das unidades de Estratégia de Saúde da Família – ESF's, implementando-os;
- 10) Gerar e fornecer para os órgãos fiscalizadores e reguladores relatórios estatísticos e gerenciais de acordo com o interesse do gestor municipal;
- 11) Assumir solução rápida e efetiva de problemas gerados na realização dos procedimentos ou atrasos junto ao paciente, servidores e Secretaria Municipal de Pará de Minas;
- 12) Implementar o organograma previsto para as unidades no prazo de 60 (sessenta) dias do início do Contrato, sendo que, qualquer alteração do mesmo deverá ser submetida e aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde.

II – Na área assistencial:

- 1) Atender exclusivamente aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS nas unidades objeto

AD ← *[assinatura]*
[assinatura] 5

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

DEPARTMENT OF CHEMISTRY

1950

REPORT OF THE

COMMISSIONER OF THE

BOARD OF

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

FOR THE YEAR

1950

CHICAGO, ILLINOIS

1951

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

DEPARTMENT OF CHEMISTRY

1950

REPORT OF THE

COMMISSIONER OF THE

BOARD OF

THE UNIVERSITY OF CHICAGO



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



desse **CONTRATO DE PROGRAMA** e garantir:

- a) A universalidade de acesso aos serviços de saúde prestados;
- b) A integralidade da assistência dentro da capacidade instalada;
- c) A implementação da Política Nacional de Humanização no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, contemplando o Acolhimento com Classificação de Risco;
- d) A resolubilidade e a qualidade do serviço ofertado aos usuários do SUS;
- e) Condições para manutenção e obtenção de novas habilitações para as unidades objeto desse contrato perante o Ministério da Saúde – MS.

2) Atuar de forma a atingir elevados índices de satisfação, conforme indicadores de qualidade dos serviços;

3) Implementar protocolos assistenciais, que visem melhorar a qualidade da assistência prestada ao paciente.

III – Na execução do serviço:

- 1) Responsabilizar-se pelo gerenciamento e destinação final dos resíduos de saúde oriundos das unidades de Estratégia de Saúde da Família – ESF's, nos termos da legislação vigente;
- 2) Responsabilizar-se pelo custeio das Unidades no que se refere a materiais de consumo, manutenção predial, dedetização das unidades, limpeza de caixa d'água, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e materiais médico hospitalares, inclusive equipamentos odontológicos e câmaras de refrigeração de vacina, equipamento de ar condicionado e demais despesas inerentes a operacionalização e funcionalidade dos serviços. Havendo a obrigatoriedade de pagamento, os valores serão glosados no mês;
- 3) Responsabilizar-se por todas as ações e medidas necessárias a emissão e manutenção dos alvarás de funcionamento e sanitário junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, exceto de adequação física e estrutural das unidades;
- 4) Manter atualizado o prontuário dos pacientes, assim como registro e arquivo dos procedimentos realizados, conforme determinação dos Conselhos Regionais ou Órgãos que fiscalizam o exercício profissional (data, avaliação ou impressão de procedimentos realizados, diagnóstico, conduta, carimbo e assinatura do profissional responsável);
- 5) Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados nas Unidades disponibilizando, a qualquer momento, à **CONTRATANTE** e às auditorias do SUS, as fichas e prontuários dos usuários, em meio físico ou eletrônico certificado, assim como os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados;
- 6) Observar todos os direitos dos usuários, inerentes aos serviços de saúde, como:
 - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
 - Justificar ao paciente ou responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto neste contrato, encaminhando cópia da correspondência à Secretaria Municipal de Saúde;
 - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário mantendo sempre a qualidade na prestação de serviço;
 - Garantir o fornecimento do serviço a qualquer pessoa, sem discriminar ou estabelecer diferenças de tratamento entre usuários, nos termos previstos na legislação aplicável e no **CONTRATO DE PROGRAMA**;
 - Formalizar a justificativa das razões técnicas da não realização de qualquer ato profissional quando requerido pelo paciente ou por seu responsável;
 - Esclarecer aos usuários sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
 - Respeitar a decisão do usuário ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, desde que firmado termo de responsabilidade, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;
 - Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos usuários;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS / MG

Praça Afonso Pena, 30 – Centro – Pará de Minas/MG – CEP 35.660-013 – (037) 3233-5600

Handwritten signatures and initials, including the number 10.

1. The following information is being provided for your information:

- (a) A copy of the report of the investigation conducted by the Commission on the activities of the individual named in the report.
- (b) A copy of the report of the investigation conducted by the Commission on the activities of the individual named in the report.
- (c) A copy of the report of the investigation conducted by the Commission on the activities of the individual named in the report.
- (d) A copy of the report of the investigation conducted by the Commission on the activities of the individual named in the report.
- (e) A copy of the report of the investigation conducted by the Commission on the activities of the individual named in the report.

2. The following information is being provided for your information:

3. The following information is being provided for your information:

4. The following information is being provided for your information:

5. The following information is being provided for your information:

6. The following information is being provided for your information:

7. The following information is being provided for your information:

8. The following information is being provided for your information:

9. The following information is being provided for your information:

10. The following information is being provided for your information:

11. The following information is being provided for your information:

12. The following information is being provided for your information:

13. The following information is being provided for your information:

14. The following information is being provided for your information:



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



- Assegurar a presença de um acompanhante às consultas de crianças, gestantes e idosos;
 - Garantir atendimento igualitário aos usuários, exceto nos casos previstos em lei.
- 7) Implantar, alimentar e gerenciar sistema de informação e gestão em saúde (SIDIM ou outro que vier a substituí-lo), com capacidade de geração de arquivos e alimentação dos bancos de dados dos sistemas de informação do SUS, de forma a possibilitar compartilhamento das informações;
- 8) Assistir de forma abrangente aos usuários e alimentar, fidedignamente, o Sistema E-Sus AB, segundo os critérios da **CONTRATANTE**, de acordo com as normas do Ministério de Saúde - MS;
- 9) Manter quadro de recursos humanos qualificados e compatíveis com o porte das Unidades e com os serviços prestados, conforme estabelecido nas normas sanitárias, para funcionamento adequado e ininterrupto e outras normas detalhadas neste Instrumento;
- 10) Implantar e garantir o adequado funcionamento dos serviços que compõem as equipes de saúde da família e observar todos os direitos dos usuários, inerentes aos serviços de saúde;
- 11) Informar a Relação Nominal dos Profissionais em exercício, com número do registro junto aos Conselhos Regionais/ Federal ou órgão que fiscaliza o exercício do profissional compatível com o objeto deste;
- 12) Incluir, na implantação da imagem corporativa e nos uniformes dos trabalhadores **CONTRATADOS**, a programação visual padronizada das unidades de saúde do SUS, disposta na Portaria n.º 2838/MS, de 01/12/2011, e disposto no Manual de Identidade Visual (Versão 1.0) de abril de 2012, além do logotipo das Unidades e ou da Gestão Municipal e da **CONTRATADA**;
- 13) Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados à **CONTRATANTE**, usuários e/ou a terceiros por sua culpa, em consequência de erro, negligência ou imperícia, própria ou de auxiliares e profissionais que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;
- 14) Manter durante toda a execução do Contrato a compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na época da contratação;
- 15) Em nenhuma hipótese cobrar direta ou indiretamente do paciente por serviços médicos ou outros complementares referente à assistência a ele prestada pelo profissional médico;
- 16) Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou a seu representante, por profissional que esteja sob sua responsabilidade ou preposto, em razão da execução deste Contrato, garantido à **CONTRATADA** o direito de regresso em face do profissional que efetivou a cobrança;
- 17) Dispor da informação oportuna dos usuários atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando seus dados contendo no mínimo: nome, documento de identificação com foto, cartão SUS e endereço completo de sua residência, por razões de planejamento das atividades assistenciais;
- 18) Implantar manuais de rotinas que busquem padronizar as atividades administrativas, tais como faturamento, gerência de almoxarifado e patrimônio, dentre outros;
- 19) Enviar à SMS, até o dia 20 do mês subsequente ao das atividades desenvolvidas ou no dia útil que lhe for imediatamente posterior, todas as informações sobre as atividades desenvolvidas nas Unidades, bem como sobre relatório assistencial demonstrando o cumprimento de metas e indicadores;
- 20) Anexar, juntamente a Demonstração de Execução, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários relativos ao mês anterior, acompanhada das certidões negativas de débitos federais, municipais, estaduais, trabalhistas e de fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS / MG

Praça Afonso Pena, 30 - Centro - Pará de Minas/MG - CEP 35.660-013 - (037) 3233-5600

10
E
Assinatura
[Assinatura]

The second part of the document focuses on the role of management in overseeing the financial operations. It highlights that management should establish clear policies and procedures for financial reporting and control. This involves setting standards for the quality and timeliness of financial information. Management is also responsible for ensuring that the financial system is robust and secure, with appropriate safeguards in place to prevent fraud and misappropriation of assets. The document stresses that effective financial management is crucial for the long-term success and sustainability of the organization.

The third part of the document addresses the importance of transparency and communication in financial reporting. It argues that stakeholders, including investors, creditors, and regulators, have a right to know the financial health of the organization. Therefore, management should provide timely and accurate financial reports that are easy to understand and free from bias or manipulation. The document also notes that open communication about financial matters can help build trust and confidence among stakeholders, which is vital for the organization's reputation and market value.

The final part of the document provides a summary of the key points discussed and offers some concluding remarks. It reiterates that financial management is a complex task that requires careful attention to detail and a strong commitment to ethical principles. It encourages management to stay informed about the latest trends and best practices in financial reporting and to continuously improve the financial system to meet the evolving needs of the organization and its stakeholders.



- a) Incentivar o uso seguro de medicamentos, procedendo-se a notificação de suspeita de reações adversas, por meio de formulários e sistemáticas da **CONTRATANTE**;
- b) Realizar seguimento, análise e adoção de medidas de melhoria diante das sugestões, queixas e reclamações que receber com respostas aos usuários, no prazo máximo de 30 dias;
- c) Toda interpelação acerca do serviço público prestado pela **CONTRATADA**, feita por autoridade ou por pessoa do povo, deve ser prontamente respondida, observada as disposições da Lei nº 12.527/11;
- d) Garantir que toda medida de mudanças de oferta de serviços, nos fluxos de atenção consolidados, na estrutura física das Unidades tenha a prévia ciência e aprovação do **CONTRATANTE**;
- e) Comunicar, ao **CONTRATANTE** e ao Serviço de Patrimônio, todas as aquisições e doações de bens móveis que forem realizadas, no prazo máximo de 30 dias após sua ocorrência, quando estas estiverem diretamente relacionadas ao objeto deste ajuste ou tenham sido realizadas para auxiliar no cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- f) Garantir o funcionamento do serviço de Manutenção Geral, como hidráulica e elétrica, assim como um Serviço de Gerenciamento de Risco e de Resíduos Sólidos na Unidade, bem como manter o Núcleo de Engenharia Clínica, para o bom desempenho dos equipamentos;
- g) Permitir o livre acesso das Comissões instituídas pelo **CONTRATANTE**, do Sistema Nacional de Auditoria do SUS e da Vigilância Sanitária, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este Instrumento, quando em missão de fiscalização, avaliação ou auditoria;
- h) Permitir o livre acesso do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria e das Comissões instituídas pela **CONTRATANTE**, do Sistema Nacional de Auditoria do SUS e da Vigilância Sanitária, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este Instrumento, quando em missão de fiscalização, avaliação ou auditoria;
- i) Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas no **CONTRATO DE PROGRAMA** e de outras decorrentes da natureza dos serviços a serem prestados.

Para o cumprimento das atividades decorrentes deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, a Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas, se obriga a:

- Fiscalizar e acompanhar através do Controle, Avaliação e Auditoria ou outro a quem a Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas determinar, a prestação de serviços pela **CONTRATADA**;
- Fiscalizar periodicamente ou quando solicitado, através dos órgãos de Controle Sanitário, a conformidade do funcionamento da **CONTRATADA** nos termos da legislação em vigor;
- Exercer o controle, avaliação e regulação dos serviços a serem prestados, autorizando todos os procedimentos a serem realizados que envolvam a assistência ambulatorial ao paciente. A existência de serviço de controle e avaliação municipal não eximirá a **CONTRATADA** de nenhuma responsabilidade técnica;
- Rejeitar com a devida justificativa, qualquer serviço que tenha sido executado fora das especificações do Contrato;
- Notificar a **CONTRATADA** por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do contrato;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS / MG
Praça Afonso Pena, 30 – Centro – Pará de Minas/MG – CEP 35.660-013 – (037) 3233-5600

20 Σ *clavipes*
endemia



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



- Prestar esclarecimentos e informações à **CONTRATADA** que visem orientá-la na correta prestação dos serviços e metas pactuadas, dirimindo as questões omissas neste Instrumento;
- Disponibilizar à **CONTRATADA** estrutura física existente para funcionamento da unidade de saúde objeto desse contrato, recusos financeiros, materias permanentes, equipamentos e instrumentos para a organização, administração e gerenciamento das unidades, compreendendo energia elétrica, abastecimento de água, telefonia fixa e rede de dados;
- Prover a **CONTRATADA** dos recursos financeiros necessários ao fiel cumprimento da execução deste Contrato, conforme valores previamente estipulados no orçamento anual e orçamentos dos exercícios subsequentes;
- Realizar o acompanhamento e a fiscalização, mensalmente, por meio de Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do **CONTRATO DE PROGRAMA**, a qual observará, *IN-LOCO* e nos relatórios apresentados, o desenvolvimento e cumprimento das atividades de assistência prestada pela **CONTRATADA** aos usuários da unidade;
- A supervisão e avaliação da prestação de serviço estará a cargo do serviço de Controle, Avaliação e Auditoria ou outro a quem a Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas determinar, a qual poderá:
 - determinar que sejam refeitos os serviços já executados que não tiverem sido satisfatórios, sem ônus para SMS;
 - determinar o reforço de equipamento ou pessoal caso avalie que os disponibilizados não sejam suficientes para execução dos exames no prazo e qualidade determinados;
 - solicitar alteração nos fluxos de atendimento e agendamento visando melhoria do atendimento prestado;
 - aplicar as sanções e penalidades previstas neste **CONTRATO DE PROGRAMA** e concomitantemente com as previstas no Regulamento Técnico do Controle, Avaliação e Auditoria do Componente Municipal do Sistema Nacional de Auditoria de Pará de Minas ou outro documento que vier a substituí-lo.
- É de responsabilidade da **CONTRATANTE** fornecer os medicamentos das farmácias das unidades de saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente **CONTRATO DE PROGRAMA** será por 12 meses, iniciando-se a partir de **14/08/2023** e encerrando-se em **13/08/2024**, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021, após demonstrada e justificada a necessidade do serviço prestado para a consecução dos objetivos estratégicos do SUS/Pará de Minas.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O presente **CONTRATO DE PROGRAMA** poderá ser alterado a qualquer momento, de comum acordo entre as partes, por meio de Termo Aditivo, precedido de justificativa escrita e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Contrato serão alocados para a **CONTRATADA** mediante crédito bancário, em moeda corrente, em conta corrente mantida junto ao banco indicado pela **CONTRATADA**, valendo o respectivo aviso de crédito emitido pelo banco pagador como recibo.

Parágrafo único – Para a execução do objeto deste Instrumento, a **CONTRATANTE** repassará o recurso financeiro à **CONTRATADA** mensalmente, no prazo e condições constantes deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, conforme Nota de empenho respectiva, e os recursos necessários à contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

10

Handwritten signature and initials.

The first part of the report deals with the general situation of the country.

The second part of the report deals with the economic situation of the country.

The third part of the report deals with the social situation of the country.

The fourth part of the report deals with the political situation of the country.

The fifth part of the report deals with the cultural situation of the country.

The sixth part of the report deals with the environmental situation of the country.

The seventh part of the report deals with the international situation of the country.

The eighth part of the report deals with the future of the country.

The ninth part of the report deals with the conclusion of the report.

The tenth part of the report deals with the annexes of the report.

The eleventh part of the report deals with the bibliography of the report.

The twelfth part of the report deals with the index of the report.

The thirteenth part of the report deals with the list of figures of the report.

The fourteenth part of the report deals with the list of tables of the report.

The fifteenth part of the report deals with the list of maps of the report.

The sixteenth part of the report deals with the list of abbreviations of the report.

The seventeenth part of the report deals with the list of symbols of the report.

The eighteenth part of the report deals with the list of units of the report.

The nineteenth part of the report deals with the list of references of the report.

The twentieth part of the report deals with the list of footnotes of the report.

The twenty-first part of the report deals with the list of appendices of the report.

The twenty-second part of the report deals with the list of annexes of the report.

The twenty-third part of the report deals with the list of bibliographies of the report.

The twenty-fourth part of the report deals with the list of indexes of the report.

The twenty-fifth part of the report deals with the list of figures of the report.



PREFEITURA
PARÁ DE MINAS



02.009.10.301.0022.2.124.3.3.90.39-395

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO DE PROGRAMA

O valor total estimado do contrato é de R\$ **12.027.428,73** (doze milhões, vinte e sete mil, quatrocentos e vinte e oito reais, e setenta e três centavos) previstos inicialmente para a sua vigência. Com estimativa mensal de R\$ 983.795,15 (novecentos e oitenta e três mil, setecentos e noventa e cinco reais, e quinze centavos). Serão previstas parcelas únicas, sendo uma no valor de R\$ 132.900,62 (cento e trinta e dois mil, novecentos reais, e sessenta e dois centavos) referente a mobilização e sobre teto das estruturas modulares, e outra no valor de R\$ 88.986,31 (oitenta e oito mil, novecentos e oitenta e seis reais, e trinta e um centavos) referente a desmobilização da estrutura modular.

§ 1º – O valor mensal estimado será composto de uma parcela fixa, correspondente a 2/3 (dois terços) do valor estimado mensal, de uma parcela variável, correspondente a 1/3 (um terço) do valor estimado mensal, estando este condicionado ao cumprimento de metas em indicadores definidos no ANEXO I. Será ainda previsto uma parcela variável referente a prestação de serviços médicos, que será faturado mediante execução e ateste do município.

§ 2º – Quaisquer recursos financeiros oriundos do Sistema Único de Saúde - SUS, de custeio e/ou investimento, que exijam complementação pela **CONTRATANTE** além do valor estabelecido no *caput* desta cláusula, deverão ser objeto de análise prévia pela **CONTRATANTE** e aplicados pela **CONTRATADA** respeitando as regras de financiamento, gestão e gerência do Sistema Único de Saúde – SUS.

§ 3º- Os elementos de precificação deste instrumento contratual foram estabelecidos considerando objetos comuns à composição de custos de cada rubrica. Quando da execução dos serviços, a **CONTRATANTE** deverá se ater ao que estiver delimitado financeiramente nas previsões de cada rubrica e à sua essência, ou seja, itens da mesma natureza, e não deverá considerar necessariamente cada item, objeto ou material de forma nominal, possibilitando a flexibilidade pertencente à essência do contrato ora pactuado, cujo cerne é o cumprimento de metas/indicadores.

§ 4º – A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** poderão acordar a execução de intervenções de aumento de capacidade ou melhoria, investimentos em tecnologias, como instalação de software e mídias, entre outros bem como o reequilíbrio financeiro com as devidas justificativas, as quais incorporarão ao **CONTRATO DE PROGRAMA** e serão objeto de termo aditivo e/ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que prévia e devidamente justificada e precedida de autorização pela Secretaria Municipal de Saúde

§ 5º – Os repasses referentes aos investimentos previstos no parágrafo anterior serão efetuados pela **CONTRATANTE** mediante termo aditivo e/ou processo administrativo específico, onde serão descritos as justificativas e o detalhamento do aporte financeiro a ser realizado, podendo o repasse ser de valor total ou complementar ao investimento que será realizado pela própria **CONTRATADA**.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento referente a esse contrato se divide em dois formatos, sendo compostos por uma parcela fixa e duas parcelas variáveis. O valor fixo mensal será correspondente a 2/3 do valor mensal estimado, excetuando o valor dos serviços médico. Das parcelas variáveis, uma será no valor correspondente a 1/3 do valor mensal estimado, excetuando o valor dos serviços médico, outra será no valor correspondente ao quantitativo de serviços médicos contratualizado, mediante execução e ateste do município.

1. A partir do primeiro mês de contrato, até o dia 10 (dez) de cada mês, deverá ser quitado 2/3 (dois terços) do valor que corresponde à parte fixa, de forma integral, mediante crédito bancário, em moeda corrente, em conta corrente mantida junto ao banco indicado pela **CONTRATADA**, valendo o respectivo aviso de crédito emitido pelo banco pagador como recibo;

2. No tocante à parte variável, esta será quitada em 02 (duas) parcelas, devendo a primeira, referente aos serviços médicos, ser paga até o quinto dia útil do mês corrente, de acordo com o quantitativo

[Handwritten signatures and initials]

GRUPO 70 301 001 001 001 001 001

CONTRATO DE PRESTACAO DE SERVICOS

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica, a ser executada pelo contratado em favor do contratante, conforme especificações e condições de execução constantes no Anexo I deste instrumento.

O presente contrato é celebrado entre as partes mencionadas, com o intuito de estabelecer a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica, a ser executada pelo contratado em favor do contratante, conforme especificações e condições de execução constantes no Anexo I deste instrumento.

O presente contrato é celebrado entre as partes mencionadas, com o intuito de estabelecer a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica, a ser executada pelo contratado em favor do contratante, conforme especificações e condições de execução constantes no Anexo I deste instrumento.

O presente contrato é celebrado entre as partes mencionadas, com o intuito de estabelecer a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica, a ser executada pelo contratado em favor do contratante, conforme especificações e condições de execução constantes no Anexo I deste instrumento.

O presente contrato é celebrado entre as partes mencionadas, com o intuito de estabelecer a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica, a ser executada pelo contratado em favor do contratante, conforme especificações e condições de execução constantes no Anexo I deste instrumento.

O presente contrato é celebrado entre as partes mencionadas, com o intuito de estabelecer a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica, a ser executada pelo contratado em favor do contratante, conforme especificações e condições de execução constantes no Anexo I deste instrumento.

ANEXO I - ESPECIFICACOES E CONDIÇÕES DE EXECUCAO

O presente anexo tem por objeto a especificação e as condições de execução dos serviços de consultoria e assessoria técnica, a ser executados pelo contratado em favor do contratante, conforme especificações e condições de execução constantes no Anexo I deste instrumento.

O presente anexo tem por objeto a especificação e as condições de execução dos serviços de consultoria e assessoria técnica, a ser executados pelo contratado em favor do contratante, conforme especificações e condições de execução constantes no Anexo I deste instrumento.

O presente anexo tem por objeto a especificação e as condições de execução dos serviços de consultoria e assessoria técnica, a ser executados pelo contratado em favor do contratante, conforme especificações e condições de execução constantes no Anexo I deste instrumento.



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



médicos contratualizados no mês anterior, e a segunda correspondente ao 1/3 (um terço) do valor estimado mensal, excetuando o serviços médicos, deverá ocorrer até o último dia do mês subsequente;

3. O valor da primeira parcela variável, afetos à prestação de serviços médicos, será apurado de acordo com o relatório de quantitativo de médicos atuantes no mês anterior, e atestado pelo município, devendo todos os relatórios de execução dos serviços estar anexados aos documentos de cobranças/notas fiscais emitidas pela **CONTRATADA**;

4. O valor da segunda parcela variável, 1/3 (um terço) do valor estimado mensal, estará condicionada a cumprimento de metas em indicadores estabelecidos, passível de eventuais glosas apuradas no mês de referência, pela Comissão de Avaliação na demonstração de execução mensal;

5. As Metas e os Indicadores poderão ser revistos a qualquer tempo, de comum acordo entre as partes, quando o interesse público e o equilíbrio contratual o exigir, ou havendo Portarias normatizadoras definindo novas metas e/ou indicadores;

6. O desconto previsto no item 2 será aplicado a partir do 2º mês do início do Contrato, em função da necessidade de assegurar a **CONTRATADA** o período necessário para iniciar a prestação de serviços, bem como adequar as operações da entidade aos seus parâmetros funcionais, visando a sustentabilidade do serviço, bem como a continuidade da prestação de serviços pela contratada;

§ 1º. A **CONTRATADA** deverá efetuar o pagamento da Nota Fiscal em até 2 (dois) dias úteis, casos não haja inconsistências, respeitado o mesmo período de pagamento no caso de ocorrerem correções nesta;

§ 2º - Ficará a cargo do **CONTRATANTE** o pagamento referente a vencimentos e encargos sociais dos servidores efetivos cedidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas;

§ 3º – O valor mensal para o Gerenciamento objeto desse Contrato, bem como seus detalhamentos e divisões por serviços, constará na **TABELA DE SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS EM SAÚDE (TSPS) DO ICISMEP**, especificamente no quadro que trata da **TABELA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E DE GERENCIAMENTO DE UNIDADES OU SERVIÇOS DE SAÚDE, e referente às UNIDADES E SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS**;

§ 4º – Do valor mensal indicado neste instrumento, o percentual de 5% do total, refere-se à cobertura tributária (PASEP 1%) e aos custos operacionais afetos à gestão da Contratada;

§ 5º – Os valores afetos à prestação de serviços médicos serão pagos mediante a apresentação de relatórios comprobatório atestados pelo município.

7. A liberação de parcelas de repasse nas datas avençadas no presente contrato é a condição essencial para assegurar à **CONTRATADA** as condições necessárias para a prestação do serviço assistencial de saúde aos usuários, atendendo às condições mínimas constantes no Quadro de Indicadores de Desempenho;

8. O valor da parcela única, previsto para a mobilização da estrutura modular e do sobre teto da estrutura será repassado junto a parcela fixa até o dia 10 do mês de comprovação da entrega dos itens;

9. O valor previsto para a desmobilização da estrutura modular será repassado junto a última parcela fixa até o dia 10 do mês de vigência do contrato.

CLÁUSULA NONA – DA DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO

A **CONTRATADA** ficará responsável pela apresentação da demonstração da execução mensalmente, feita por duas etapas, a primeira até o dia 10 (dez) do mês corrente, que far-se-á por meio de relatório de prévia da programação de execução de ações assistenciais, para o mês corrente, e a segunda etapa far-se-á em até 20 dias do mês subsequente por meio de relatório pertinente a execução mensal deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, contendo demonstrativos de cumprimento de metas e

[Handwritten signatures and initials]

The first part of the report deals with the general situation of the country and the progress of the work.

The second part of the report deals with the results of the work and the progress of the work.

The third part of the report deals with the results of the work and the progress of the work.

The fourth part of the report deals with the results of the work and the progress of the work.

The fifth part of the report deals with the results of the work and the progress of the work.

The sixth part of the report deals with the results of the work and the progress of the work.

The seventh part of the report deals with the results of the work and the progress of the work.

The eighth part of the report deals with the results of the work and the progress of the work.

The ninth part of the report deals with the results of the work and the progress of the work.

The tenth part of the report deals with the results of the work and the progress of the work.

The eleventh part of the report deals with the results of the work and the progress of the work.

The twelfth part of the report deals with the results of the work and the progress of the work.

The thirteenth part of the report deals with the results of the work and the progress of the work.

The fourteenth part of the report deals with the results of the work and the progress of the work.

The fifteenth part of the report deals with the results of the work and the progress of the work.

The sixteenth part of the report deals with the results of the work and the progress of the work.



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



indicadores, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários relativos ao mês anterior, acompanhada das certidões negativas de débitos, federal, estadual e municipal, trabalhistas e de FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO PELA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** instituirá mecanismos de Acompanhamento e Fiscalização do cumprimento das metas e indicadores deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, envolvendo as áreas correlacionadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato.

Gestor: Marilene Patricia Lopes

Fiscal: Viviane Cristina de Carvalho Teixeira

§ 1º – A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do cumprimento das metas e indicadores deste **CONTRATO DE PROGRAMA** será executado pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo composta por:

I – 03 (três) membros indicados pela Secretaria Municipal da Saúde, sendo no mínimo um integrante profissional de saúde.

§ 2º – A Secretaria Municipal de Saúde ou quem esta determinar, deverá analisar a documentação, com respectiva documentação comprobatória apresentadas pela Contratada e emitir Relatório de Conclusão informando o alcance das metas contratualizadas dentro do mês de referência em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento destes, relativos a:

- a) Grau de atingimento das metas acordadas;
- b) Padrão de qualidade na execução dos serviços;
- c) Satisfação do usuário e outros aspectos que entender necessários.

§ 3º – A execução do presente instrumento será acompanhada pelo gestor e fiscal acima especificados, por meio dos dispostos nesse contrato, seus anexos e instrumentos definidos pela **CONTRATANTE**.

§ 4º – A análise da documentação comprobatória do cumprimento das metas dos indicadores contratualizados e a emissão de relatório de Conclusão após o envio da demonstração de execução a **CONTRATANTE** pela **CONTRATADA** será realizada pela Comissão instituída pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 5º – O relatório conclusivo deverá ser objeto de criteriosa análise pela Secretaria Municipal de Saúde, que determinará, à **CONTRATADA**, as correções, que eventualmente se fizerem necessárias, para garantir a plena eficácia do **CONTRATO DE PROGRAMA**.

§ 6º – A **CONTRATADA** após receber o relatório técnico, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar justificativas, que serão analisadas pela comissão de acompanhamento e fiscalização no prazo de 5 (cinco) dias, emitindo-se o relatório conclusivo que será encaminhado a secretaria municipal de saúde.

§ 7º – Após ciência e aprovação do Parecer Final pela Secretaria Municipal de Saúde, o mesmo deverá ser encaminhado ao Controle Interno da Prefeitura Municipal de Pará de Minas para as providências cabíveis, ficando toda documentação disponível a qualquer tempo sempre que requisitada.

§ 8º – A Secretaria Municipal de Saúde disponibilizará o relatório conclusivo no Portal da Prefeitura do Município de Pará de Minas na internet.

§ 9º – A Secretaria Municipal de Saúde ou quem esta determinar, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade na utilização de recursos ou bens de origem pública, dará ciência ao Prefeito e ao Ministério Público, para as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária.

Handwritten signatures and initials:
- A large signature at the top right.
- Initials "AD" and "E" in the middle.
- A signature "André" at the bottom right.

Indicação de que o animal não deve ser utilizado para fins de reprodução, pois o mesmo apresenta problemas de saúde, sendo necessário o tratamento adequado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E CUSTEIO DO ANIMAL

1. O CONTRATANTE obriga-se a acompanhar o animal durante todo o período de tratamento, sendo responsável por todos os custos envolvidos, inclusive com a alimentação adequada.

2. O animal deverá ser mantido em ambiente adequado, com acesso a água e alimentação, sendo proibido o uso de medicamentos sem a orientação do médico veterinário.

3. O CONTRATANTE deverá fornecer ao CONTRATADO, no ato da entrega do animal, todos os dados necessários para a identificação e o histórico de saúde, bem como a documentação necessária.

4. O CONTRATANTE deverá manter o animal em isolamento, evitando o contato com outros animais, até a total recuperação da saúde.

5. O CONTRATANTE deverá manter o animal em ambiente adequado, com acesso a água e alimentação, sendo proibido o uso de medicamentos sem a orientação do médico veterinário.

6. O CONTRATANTE deverá manter o animal em ambiente adequado, com acesso a água e alimentação, sendo proibido o uso de medicamentos sem a orientação do médico veterinário.

7. O CONTRATANTE deverá manter o animal em ambiente adequado, com acesso a água e alimentação, sendo proibido o uso de medicamentos sem a orientação do médico veterinário.

8. O CONTRATANTE deverá manter o animal em ambiente adequado, com acesso a água e alimentação, sendo proibido o uso de medicamentos sem a orientação do médico veterinário.

9. O CONTRATANTE deverá manter o animal em ambiente adequado, com acesso a água e alimentação, sendo proibido o uso de medicamentos sem a orientação do médico veterinário.

10. O CONTRATANTE deverá manter o animal em ambiente adequado, com acesso a água e alimentação, sendo proibido o uso de medicamentos sem a orientação do médico veterinário.

11. O CONTRATANTE deverá manter o animal em ambiente adequado, com acesso a água e alimentação, sendo proibido o uso de medicamentos sem a orientação do médico veterinário.

12. O CONTRATANTE deverá manter o animal em ambiente adequado, com acesso a água e alimentação, sendo proibido o uso de medicamentos sem a orientação do médico veterinário.

13. O CONTRATANTE deverá manter o animal em ambiente adequado, com acesso a água e alimentação, sendo proibido o uso de medicamentos sem a orientação do médico veterinário.

Assinatura do CONTRATANTE: _____
Assinatura do CONTRATADO: _____



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS PÚBLICOS

Juntamente à descentralização do serviço, estarão em permissão de uso da **CONTRATADA** todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, os demais bens públicos vinculados à operação e manutenção das unidades de Estratégia Saúde da Família – ESF necessários ao cumprimento do **CONTRATO DE PROGRAMA**.

§ 1º – A **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE** farão vistoria dos bens cedidos, e anexarão, no prazo máximo de 30 dias da assinatura do termo de permissão de uso de bens móveis e semipermanentes, constante no Anexo II, inventário do patrimônio a ser cedido à **CONTRATADA**.

§ 2º – A **CONTRATADA** obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança os bens disponibilizados durante toda a vigência deste instrumento, necessários ao bom desempenho do serviço nos termos previstos neste **CONTRATO DE PROGRAMA**.

§ 3º – Os bens móveis e semipermanentes públicos permitidos poderão ser substituídos por outros de igual ou maior valor, desde que previamente autorizado pela **CONTRATANTE** e que tenha sido providenciada a respectiva avaliação, ficando condicionado à integração dos novos bens ao patrimônio do Município de Pará de Minas.

§ 4º – Aqueles bens cujo uso não seja mais possível, serão devolvidos à **CONTRATANTE** para que este adote as providências necessárias para a sua baixa no patrimônio da Administração e substituição por outro equipamento em condições de uso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TRANSFERÊNCIA PARCIAL DE CONTROLE DO SISTEMA EXISTENTE

As unidades de Estratégia Saúde da Família e todo o seu acervo patrimonial serão transferidos para a **CONTRATADA**, através do recebimento da **ORDEM DE INÍCIO**, tornando-se daí em diante, até a extinção deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, de responsabilidade compartilhada entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** a prestação do serviço assistencial de saúde adequado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO NO SERVIÇO TRANSFERIDO

Na hipótese de risco quanto à continuidade dos serviços de saúde prestados à população pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá assumir, imediatamente, a execução dos serviços objeto deste Contrato, bem como, a administração da unidade, qualquer que seja o estado de conservação que se encontre.

§ 1º – Ocorrendo o previsto no subitem acima, a **CONTRATANTE** assumirá o gerenciamento da unidade com todas as instalações, equipamentos e recursos humanos necessários para regular o funcionamento, sejam pertencentes à **CONTRATADA** e/ou cedidos pela **CONTRATANTE**.

§ 2º – Acontecendo o previsto nos subitens anteriores, todas as despesas e custos decorrentes da intervenção passarão a ser de responsabilidade da **CONTRATANTE** até que a intervenção seja suspensa, quando a situação emergencial for superada e/ou regularizada, com a volta da própria **CONTRATADA**, se for o caso, ou com a contratação de outra Instituição de Cooperação de Saúde que venha a substituí-la ou, ainda, com a assunção direta do gerenciamento da unidade pela própria **CONTRATANTE** em caráter definitivo, se essa for a decisão governamental.

§ 3º – O Município possui a prerrogativa, por meio do Controle Interno do Município, de exercer a fiscalização sobre a execução e aplicação dos recursos financeiros pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** é responsável pela indenização de danos decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem aos usuários, aos órgãos do Sistema Único de Saúde e a terceiros a esses vinculados, bem como, aos

[Handwritten signatures and initials]

1. INTRODUCTION

The purpose of this document is to provide a comprehensive overview of the project's objectives, scope, and deliverables. It serves as a reference for all stakeholders involved in the project.

The project is designed to address the current challenges faced by the organization and to implement a solution that meets the needs of our customers.

The project team has been assembled with members from various departments to ensure a holistic approach to the project.

The project will be managed using a structured methodology to ensure timely completion and high quality of deliverables.

The project is expected to result in significant improvements in operational efficiency and customer satisfaction.

The project team is committed to maintaining open communication and providing regular updates to all stakeholders.

The project is subject to change, and the project team will be responsible for managing any changes that arise during the project lifecycle.

The project is a key initiative for the organization and is expected to have a positive impact on our bottom line.

The project team is confident that we will successfully complete the project and achieve our goals.

The project is a complex undertaking, but with the right resources and support, we are confident we can succeed.

The project team is dedicated to ensuring that the project is completed on time and within budget.

The project is a testament to the organization's commitment to innovation and excellence.

The project team is looking forward to the challenges ahead and the success that lies in store.

The project is a critical component of our strategic plan and is essential for our long-term success.

The project team is committed to transparency and accountability throughout the project.



bens públicos móveis, semipermanentes e imóveis elencados neste Instrumento, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1 – Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

15.1.1 – dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2 – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3 – dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4 – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5 – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6 – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7 – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.8 – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

15.1.9 – fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.11 – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.1.12 – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.

15.1.13 – praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

15.2 – O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 15.1.1 deste Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 15.1.1 a 15.1.13;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 15.1.2 a 15.1.4 e subitens 15.1.6 a 15.1.7 deste Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 15.1.8 a 15.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

15.3 – A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE, conforme previsto no artigo 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

DECLARAÇÃO DE INTERESSE

Eu, abaixo assinado, declaro que não tenho interesse em obter o cargo de...

DECLARAÇÃO DE INTERESSE EM OBTENÇÃO DE EMPrego

Eu, abaixo assinado, declaro que tenho interesse em obter o cargo de...

Assinatura do interessado: _____

Assinatura do responsável: _____

Assinatura do responsável: _____

Assinatura do responsável: _____

Assinatura do responsável: _____

Assinatura do responsável: _____

Assinatura do responsável: _____

Assinatura do responsável: _____

Assinatura do responsável: _____

Assinatura do responsável: _____

Assinatura do responsável: _____

Assinatura do responsável: _____

Assinatura do responsável: _____

Assinatura do responsável: _____

Assinatura do responsável: _____

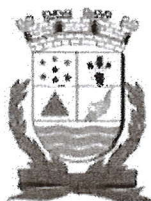
Assinatura do responsável: _____

Assinatura do responsável: _____

Assinatura do responsável: _____

Assinatura do responsável: _____

Assinatura do responsável: _____



15.4 – Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme dispõe o artigo 156, § 7º da Lei nº 14.133/21.

15.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme previsto no artigo 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021, se for o caso.

15.6 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.7 – Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO E ENCERRAMENTO CONTRATUAL

16.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, bem como ser cancelada de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência deste contrato, a qualquer tempo e independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 137 e 138 da Lei Federal n.º 14.133/21.

16.2 – Poderá ainda o presente contrato ser rescindido, desde que motivado o ato e assegurado à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa quando esta:

- a) venha a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;
- b) for envolvida em escândalo público e notório;
- c) quebrar o sigilo profissional;
- d) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pelo Município de Pará de Minas;
- e) na hipótese de ser anulada a adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.

16.3 – A nulidade do processo licitatório induz à do presente contrato, sem prejuízo do disposto no art. 149 da Lei Federal n.º 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Para atender ao disposto neste **CONTRATO DE PROGRAMA**, a **CONTRATADA** declara que:

I - Dispõe de suficiente nível técnico assistencial, capacidade e condições de prestação de serviços que permitam maior nível de qualidade nos serviços contratados conforme a especialidade e características da demanda, especificados nos Anexos que integram o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**.

II - Não está sujeita a nenhum tipo de restrição legal que incapacite seu representante legal de firmar este **CONTRATO DE PROGRAMA**.

III

1. The purpose of this document is to provide information on the status of the project and to recommend a course of action.

2. The project has been completed and the results are as follows:

3. The results of the project are as follows:

4. The results of the project are as follows:

5. The results of the project are as follows:

6. The results of the project are as follows:

7. The results of the project are as follows:

8. The results of the project are as follows:

9. The results of the project are as follows:

10. The results of the project are as follows:

11. The results of the project are as follows:

12. The results of the project are as follows:

13. The results of the project are as follows:



PREFEITURA
PARÁ DE MINAS



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do presente **CONTRATO DE PROGRAMA** no Diário Oficial do Município e no site oficial do Município de Pará de Minas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

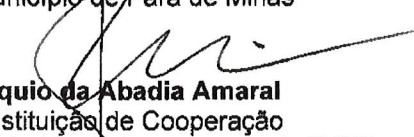
I - As partes **CONTRATANTES** elegem o Foro da Comarca de Pará de Minas como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia resultante do presente Contrato, que não puder ser resolvida amigavelmente, renunciando, expressamente, a outro qualquer, por mais privilegiado que se configure.

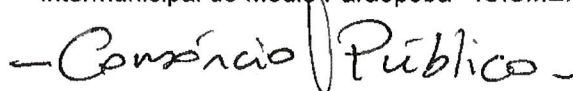
E, por estarem acordes, os representantes das partes assinam o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que alcancem os jurídicos e desejados efeitos, na presença das testemunhas abaixo.

Pará de Minas, 14 de agosto de 2023.


Elias Diniz
pelo Município de Pará de Minas


Wagner Magesty Silveira
pelo Município de Pará de Minas


Eustáquio da Abadia Amaral
pela Instituição de Cooperação
Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP


- Conselho Público -


Carolina de Fátima G. de S. S.
OAB/MG 167.340

Testemunha 01

Nome: Miriam Pereira Nogueira Amato

Identidade: 16.115.329.75

Testemunha 02

Nome: Geovane Rodrigues do Carmo

Identidade: 7.167.649



MINISTERIO DEL INTERIOR
SECRETARÍA DE ESTADO

MINISTERIO DEL INTERIOR - DEPARTAMENTO DE SEGURIDAD

CONTRATACIÓN DE SERVICIOS PARA LA ELABORACIÓN DE UN PLAN DE SEGURIDAD PARA EL AÑO 1960. El presente documento tiene por objeto informar a los señores señores sobre el resultado de la licitación.

DECLARACIÓN DE RESULTADOS

El señor [Nombre] ha sido seleccionado para la ejecución de los trabajos que se detallan en el presente documento. Se le otorga un plazo de [tiempo] para la entrega de los resultados.

El presente documento es válido por el tiempo que se indica en el presente documento. Se le otorga un plazo de [tiempo] para la entrega de los resultados.

En la Habana, a los [día] de [mes] de [año].

Por el presente documento se declara que el señor [Nombre] ha sido seleccionado para la ejecución de los trabajos que se detallan en el presente documento. Se le otorga un plazo de [tiempo] para la entrega de los resultados.

El presente documento es válido por el tiempo que se indica en el presente documento. Se le otorga un plazo de [tiempo] para la entrega de los resultados.

El presente documento es válido por el tiempo que se indica en el presente documento. Se le otorga un plazo de [tiempo] para la entrega de los resultados.

El presente documento es válido por el tiempo que se indica en el presente documento. Se le otorga un plazo de [tiempo] para la entrega de los resultados.

El presente documento es válido por el tiempo que se indica en el presente documento. Se le otorga un plazo de [tiempo] para la entrega de los resultados.

El presente documento es válido por el tiempo que se indica en el presente documento. Se le otorga un plazo de [tiempo] para la entrega de los resultados.

El presente documento es válido por el tiempo que se indica en el presente documento. Se le otorga un plazo de [tiempo] para la entrega de los resultados.

El presente documento es válido por el tiempo que se indica en el presente documento. Se le otorga un plazo de [tiempo] para la entrega de los resultados.

El presente documento es válido por el tiempo que se indica en el presente documento. Se le otorga un plazo de [tiempo] para la entrega de los resultados.

El presente documento es válido por el tiempo que se indica en el presente documento. Se le otorga un plazo de [tiempo] para la entrega de los resultados.

El presente documento es válido por el tiempo que se indica en el presente documento. Se le otorga un plazo de [tiempo] para la entrega de los resultados.

El presente documento es válido por el tiempo que se indica en el presente documento. Se le otorga un plazo de [tiempo] para la entrega de los resultados.

El presente documento es válido por el tiempo que se indica en el presente documento. Se le otorga un plazo de [tiempo] para la entrega de los resultados.



ANEXO I
INDICADORES DE PRODUÇÃO E DESEMPENHO

De acordo com as atividades propostas, deverão ser mantidas as equipes em quantitativo adequado possibilitando, assim, o funcionamento das unidades sem interrupção e a atualização dos registros no CNES de todos os profissionais. Além disso, realizar os lançamentos das atividades nos sistemas informatizados exportando os dados mensalmente, realizar pesquisa de satisfação e analisar os dados para avaliar a qualidade do atendimento pela visão do paciente, a fim de realizar o atendimento do paciente no tempo adequado, conforme cada classificação risco.

DIRETRIZES E AÇÕES

- Realizar visitas domiciliares mensalmente em todas as residências da área de abrangência;
 - Desenvolver ações voltadas para a educação sexual, uso abusivo de álcool e outras drogas;
 - Promover a integração com as redes de atenção à saúde, com ações voltadas para a saúde mental, por meio de matriciamento em sua área de abrangência;
 - Realizar exames citopatológicos em 61% das mulheres, de 25 a 64 anos, uma vez a cada três anos, desde que dois exames consecutivos normais;
 - Cadastrar 100% da população residente nas áreas de abrangência da Estratégia Saúde da Família – ESF;
 - Acompanhar usuários acamados com comorbidades, agravos de notificação compulsória e não notificáveis;
 - Ampliar o acesso ao trabalhador nas unidades de saúde da família, como horário de atendimento ampliado uma vez por semana, em cada unidade com consultas agendadas;
 - Realizar estratificação de risco dos pacientes hipertensos, diabéticos, gestantes e crianças;
- Realizar estratificação de risco familiar;
- Manter agenda mensal para encontros com a equipe de saúde da família, para educação continuada;
 - Treinar o profissional da imunização no ingresso ao trabalho, mantendo-o atualizado sobre alterações no calendário vacinal e inclusão de novos imunizantes;
 - Monitorar a situação vacinal dos menores de 5 anos, realizando busca ativa dos faltosos;
 - Manter o Sistema E-SUS atualizado com os cadastros, boletins de produção, movimentação dos pacientes;
- Garantir número de consultas médicas e de enfermagem para a população em geral de no mínimo 02 consultas por ano;
- Garantir número de consultas médicas e de enfermagem e exames anuais para hipertensos, sendo no mínimo, uma consulta e uma aferição de pressão arterial a cada 6 meses, conforme metas federais;
- Garantir número de consultas médicas e de enfermagem anuais para diabéticos, sendo no mínimo, uma consulta e uma solicitação de hemoglobina glicada a cada 6 meses, conforme metas federais;
- Monitorar o uso das medicações antihipertensivas e antidiabéticas no domicílio;
 - Captar as gestantes, sendo a primeira consulta realizada antes da 12ª semana de gestação;
 - Garantir a realização de, no mínimo, 6 ou mais consultas de pré-natal;
 - Garantir a solicitação e encaminhamento para a realização dos exames, no primeiro, segundo e terceiro trimestre de gestação;
 - Realizar a visita puerperal após o nascimento da criança;
 - Garantir as Ações do 5º dia;
- Garantir a realização de 02 consultas puerperais, sendo a primeira na 1ª semana pós-parto e a segunda até 42 dias;
- Implantar grupos operativos para o desenvolvimento de ações do planejamento familiar, saúde da mulher, saúde da criança, saúde do homem, saúde do idoso, educação reprodutiva, dentre outros;
 - Garantir a realização de acompanhamento odontológico para no mínimo 60% das gestantes cadastradas;
 - Realizar a solicitação de exames de mamografia de rastreamento e diagnóstica;
 - Cobrir e manter a cobertura de todas as microáreas das áreas de abrangência da estratégia saúde da família;
 - Realizar acompanhamento e alimentação do SISVAN, com a pesagem e monitoramento dos

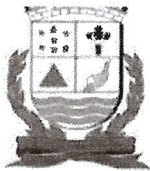
[Handwritten signatures and initials]

THE UNITED STATES OF AMERICA

REPORT OF THE COMMISSIONER OF THE GENERAL LAND OFFICE
FOR THE YEAR 1904

WASHINGTON, D. C.

The following report contains a summary of the work of the General Land Office during the year 1904. It is divided into two parts, the first of which contains a general statement of the work of the office, and the second of which contains a detailed statement of the work of the various divisions of the office. The first part of the report is divided into three sections, the first of which contains a general statement of the work of the office, the second of which contains a statement of the work of the various divisions of the office, and the third of which contains a statement of the work of the various divisions of the office. The second part of the report is divided into two sections, the first of which contains a statement of the work of the various divisions of the office, and the second of which contains a statement of the work of the various divisions of the office.



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



beneficiários do Programa Bolsa Família, duas vezes ao ano;

- Alimentar o Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização – SIPNI, através do e-SUS AB;

Garantir no mínimo de 95% de cobertura vacinal contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por haemophilus influenzae tipo b e Poliomielite inativada para crianças menores de 1 ano;

- Garantir a imunização das gestantes contra Tétano, Hepatite B, Influenza e COVID-19;
- Encaminhar/referenciar a população em situação de vulnerabilidade ou extrema pobreza para o serviço municipal de assistência social;
- Estimular prática de atividades físicas por meio de grupos operativos e abordagem individual;
- Realizar ações educativas nas escolas, dentro das áreas de abrangência, com lista de presença, abordando os seguintes temas: dengue, alimentação saudável, práticas corporais, cultura da paz, prevenção ao uso de álcool, tabaco, craque e outras drogas, IST e AIDS;
- Realizar a escovação supervisionada nas escolas da área de abrangência;
- Promover integração com a rede de educação municipal;
- Solicitar exames para a detecção das IST's e AIDS, além do aconselhamento por livre demanda;
- Realizar busca ativa dos sintomáticos respiratórios, monitorando-os e fazendo os encaminhamentos pertinentes (COVID e Tuberculose);
- Realizar a supervisão no tratamento para pacientes positivos para tuberculose e hanseníase;
- Realizar o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 2 anos;
- Notificar e acompanhar os agravos de notificação compulsória;
- Realizar, no mínimo, três atividades educativas no mês em cada unidade de estratégia saúde da família;
- Manter a equipe completa, com cadastro dos profissionais no CNES, não ultrapassando o período de 5 dias úteis para cobertura das vagas em aberto.

40

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

INDICADORES DE QUALIDADE

Item	Ação	Meta Quant	Meta física mensal										Método de Cálculo do Indicador	Pontuação	
			São Pedro	Cecília Meireles	Grão Pará	Piedade I	Piedade II	Piedade III	São Paulo	Santos Dumont	Seringueiras	Tavares			Walter Martins
1	Proporção de gestantes com pelo menos seis consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação e uma consulta puerperal.	60%	30	35	23	20	20	20	29	22	24	10	30	Número das gestantes com 6 ou mais consultas de pré-natal realizadas / Número total de gestações concluídas no período avaliado X 100	10
2	Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV	60%	4	6	3	3	3	3	3	3	4	1	5	Número de gestantes com sorologia avaliada ou teste rápido realizado para HIV e Sífilis / Número total de gestações concluídas no período avaliado X 100	10
3	Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado	60%	3	3	2	2	2	2	3	3	3	1	3	Número total de gestantes que realizaram atendimento odontológico no curso do pré-natal / Número total de gestantes cadastradas X 100	10
4	Proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS (considerada uma coleta a cada dois anos)	61%	34	15	19	20	20	20	17	17	16	10	25	Número total de mulheres que realizaram o exame citopatológico / número total de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos cadastradas X 100	10



Handwritten signatures and initials:
 10
 E
 amélia
 Paul
 6

5	Proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por haemophilus influenza tipo b e Poliomielite inativada	95%	39	38	28	25	25	25	32	32	32	16	21	Número de crianças que completaram 12 meses de idade no período avaliado / número de crianças cadastradas X 100	10
6	Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta (médico ou enfermeiro) e pressão arterial aferida no semestre	50%	45	24	20	25	25	25	28	50	25	20	40	Número de hipertensos com a PA aferida no período / número total de hipertensos cadastrados X 100	10
7	Proporção de pessoas com diabetes, com consulta (médico e enfermeiro) e hemoglobina glicada solicitada no semestre	50%	17	8	8	12	12	12	9	22	8	12	18	Número de pessoas com consulta e exames agendados / número total de diabéticos cadastrados X 100	10
8	Ofertar consultas médicas / atendimentos de enfermagem básicos para população	100%	Médico 400	Médico 400	Médico 400	Médico 400	Médico 400	Médico 400	Médico 400	Médico 400	Médico 400	Médico 300	Médico 400	(Número de consultas básicas realizadas/2) / (Número total da população estimada do IBGE/12) X 100	10
			Enfermagem 250	Enfermagem 250	Enfermagem 250	Enfermagem 250	Enfermagem 250	Enfermagem 250	Enfermagem 250	Enfermagem 250	Enfermagem 250	Enfermagem 250	Enfermagem 250	Enfermagem 250	
9	Proporção de visitas domiciliares realizadas para desenvolvimento das ações próprias dos ACS	GES - 90%	27	39	25	0	0	0	0	24	27	10	30	Número de visitas realizadas no período / número de indivíduos cadastrados X 100	10
		CRIA (<2) - 90%	68	36	26	0	0	0	0	30	28	15	14		
		HAS - 60%	320	152	223	0	0	0	0	337	166	144	266		
		DM - 60%	120	57	83	0	0	0	0	150	52	75	120		

A pontuação mensal será apurada a partir do somatório da pontuação dos itens 1 a 9, considerando a meta física. Não havendo a meta física no território, considerar percentual do quantitativo existente.



lapaga

André
Paulo

- a) Se o somatório final for entre 80% e 100% - Haverá o repasse subsequente ao mês de referência no valor integral;
- b) Se o somatório final for entre 50% e 79,9% - Haverá redução de 20% sobre o valor do repasse subsequente ao mês de referência;
- c) Se o somatório final for entre 30% e 49,9% - Haverá a redução de 50% sobre o valor do repasse subsequente ao mês de referência;
- d) Se o somatório final for abaixo de 30% - Haverá a redução de 70% sobre o valor do repasse subsequente ao mês de referência.

INDICADORES DE QUALIDADE - SERVIÇOS MÉDICOS

Item	Ação	Meta Mensal	Peso
1	Número de consultas médicas realizadas e registradas no prontuário eletrônico PEC e-SUS AB	400	2,5
2	Número de visitas domiciliares realizadas	10	2,5
3	Proporção de encaminhamentos médicos para a atenção especializada	<=20%	2,5
4	Cumprimento e registro no PEC e-SUS AB dos atendimentos previstos ao Hipertenso e Diabético	100% de acordo com planilha de indicadores	2,5

O pagamento mensal, da parte variável do salário médico, será apurado a partir do somatório da pontuação dos itens 1 a 4, considerando cada meta física individualmente.

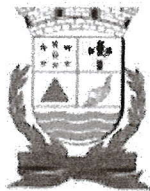
INDICADORES DE QUALIDADE - SERVIÇOS MÉDICOS META FÍSICA MENSAL

Item	Ação	Meta Quant.	São Pedro	Cecília Meireles	Grão Pará	Piedade I	Piedade II	Piedade III	São Paulo	Santos Dumont	Seringueiras	Tavares	Walter Martins
1	Número de pessoas atendidas	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	300	400
2	Número de visitas domiciliares	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
3	Encaminhamento para especialidade < 20%	-	<80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4	Atendimentos de HAS e DM registrados no e-SUS	HAS 50%	23	12	10	13	13	13	14	25	13	10	20
		DM 50%	9	4	8	6	6	6	5	11	4	6	6



Handwritten signature

Handwritten signature



ANEXO II

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A ICISMEP, QUALIFICADA COMO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO DE SAÚDE, COM O OBJETIVO DE AUTORIZAR O USO DE BENS MÓVEIS NO GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA -ESF's, NOSSA SENHORA DA PIEDADE, GRÃO PARÁ, SERINGUEIRAS/SÃO PAULO, SANTOS DUMONT, SÃO PEDRO, TAVARES E WALTER MARTINS/CECÍLIA MEIRELES, COM LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS MODULARES ADAPTADAS PARA AS UNIDADES: SERINGUEIRAS/SÃO PAULO, SÃO PEDRO E TAVARES, COM EQUIPE MÉDICA E EQUIPE DE SAÚDE BUCAL PARA AS DEMAIS UNIDADES NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS.

Por este instrumento de contrato, o **MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 18.313.817/0001-85, com sede na Praça Afonso Pena, nº 30 – Centro – na cidade de Pará de Minas, neste ato representado por **Elias Diniz**, Prefeito Municipal, portador do RG nº MG-4.590.976 e CPF nº 547.483.306-78 e **Wagner Magesty Silveira**, Secretário Municipal de Saúde, portador do RG nº MG-5.328.503 e CPF nº 771.014.216-87, **PERMITENTE** e do outro lado o Consórcio Público **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA – ICISMEP**, consórcio público de direito público, na forma de Associação Pública, de natureza autárquica interfederativa, inscrita no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10, com sede na Rua Orquídeas, 489, Bairro Flor de Minas, São Joaquim de Bicas/MG, neste ato representada pelo seu Diretor Geral, Sr. Eustáquio da Abadia Amaral, inscrito no CPF sob o nº 055.506.886-20, doravante denominada **PERMISSIONÁRIO**, Considerando a legislação pertinente, e tendo em vista o disposto no Contrato de Programa 0085/2023, firmado entre o Município de Pará de Minas e a ICISMEP cujo objeto é o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA -ESF's, NOSSA SENHORA DA PIEDADE, GRÃO PARÁ, SERINGUEIRAS/SÃO PAULO, SANTOS DUMONT, SÃO PEDRO, TAVARES E WALTER MARTINS/CECÍLIA MEIRELES, COM LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS MODULARES ADAPTADAS PARA AS UNIDADES: SERINGUEIRAS/SÃO PAULO, SÃO PEDRO E TAVARES, COM EQUIPE MÉDICA E EQUIPE DE SAÚDE BUCAL PARA AS DEMAIS UNIDADES NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS**, as partes **RESOLVEM** firmar o presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS**, nos termos das normas disciplinares previstas no ordenamento jurídico vigente, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente Instrumento tem por objeto ceder e permitir o uso, gratuito dos bens móveis, conforme inventário de bens disponível na sede da Secretaria Municipal de Saúde.
- 1.2. Este Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis é parte integrante do Contrato de Programa 0085/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO E USO DOS BENS MÓVEIS

- 2.1. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a utilizar os bens cedidos exclusivamente para atender aos usuários do Sistema Único de Saúde- SUS.

Handwritten signatures and initials:
- "Eustáquio" (signature)
- "10" (initials)
- "E" (initials)
- "pl" (initials)
- "6" (initials)



2.2. O **PERMISSIONÁRIO** deverá guardar/manter os bens cedidos, na unidade básica de saúde no qual estão inventariados.

2.3. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a não emprestar, ceder, dar em locação ou em garantia, doar, alienar de qualquer forma, transferir total ou parcialmente, sob quaisquer modalidades, gratuita ou onerosa, provisória ou permanentemente, os direitos de uso dos bens móveis cedidos, assim como seus acessórios, manuais ou quaisquer partes, exceto se houver o prévio e expresso consentimento da **PERMITENTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. A **PERMITENTE** se compromete a:

a) Por força do presente Instrumento, a **PERMITENTE** cede e permite o pleno uso de todos os bens móveis inventariados no anexo deste Instrumento.

3.2. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a:

a) Vistoriar os bens ora cedidos, **no prazo máximo de 30 dias** após a assinatura do Contrato de Programa 0085/2023, emitindo laudo de vistoria atestando seu bom estado de funcionamento.

b) Manter os bens cedidos em perfeito estado de higiene, conservação e funcionamento, bem como, a utilizá-los de acordo com o estabelecido neste Instrumento e no Contrato de Programa 0085/2023.

c) Ficar responsável por todas e quaisquer despesas dos bens cedidos, quer decorrentes de assistência técnica preventiva e/ou corretiva de forma contínua, quer decorrentes da recuperação por danos, bem como pelo ressarcimento de qualquer prejuízo proveniente de uso inadequado.

d) Não realizar quaisquer modificações ou alterações nos bens cedidos, sem a prévia e expressa anuência da **PERMITENTE**.

e) Adquirir os insumos indispensáveis ao funcionamento e manutenção dos bens cedidos.

f) Responsabilizar-se pelas despesas com impostos, taxas, multas e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir sobre os bens cedidos, devendo encaminhar os respectivos comprovantes de recolhimento à **PERMITENTE**.

g) Informar imediatamente à **PERMITENTE** caso os bens objeto desta Permissão sofram qualquer turbulação ou esbulho por terceiros.

h) Comunicar à **PERMITENTE**, no prazo máximo de 30 dias, todas as aquisições de bens móveis que forem realizadas posteriormente a assinatura deste Instrumento.

i) Em caso de demanda judicial que verse sobre os bens cedidos, sendo o **PERMISSIONÁRIO** citado em nome próprio, deverá, no prazo legal, nomear a **PERMITENTE** à autoria.

j) Apresentar Boletim de Ocorrência à **PERMITENTE**, devidamente registrado em unidade policial, caso ocorra furto ou roubo dos bens dados em permissão de uso.

k) Em caso de avaria provocada por terceiros, culposa ou dolosamente, deverá comunicar, imediatamente, à **PERMITENTE**, com a descrição pormenorizada do fato e identificação do agente causador do dano. Para o caso de dano provocado intencionalmente, deverá ser registrado Boletim de Ocorrência pelo crime de dano contra o autor do fato delituoso.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E PUBLICAÇÃO

O presente Instrumento vigorará enquanto viger o Contrato de Programa 0085/2023.

4.1. A **PERMITENTE** fará publicação do extrato deste Instrumento, no site oficial do Município de Pará de Minas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

5.1. Este Instrumento poderá ser alterado, nos casos previstos no ordenamento jurídico vigente, inclusive para acréscimos ou supressões, por meio de termo aditivo, devidamente justificado, e em comum acordo entre as partes, anterior ao término da vigência do Contrato, devendo para tanto ser respeitado o interesse público, desde que satisfeitas as obrigações contratuais.

10
Assinatura
Assinatura
Assinatura

RECORDS MANAGEMENT

CONCLUSION

APPENDIX

CLÁUSULA SEXTA - DAS BENFEITORIAS E VISTORIA

6.1. As benfeitorias realizadas pelo **PERMISSIONÁRIO** serão incorporadas aos bens cedidos, sem que lhe assista o direito de indenização ou de retenção, salvo acordo formal em contrário.

6.2. A **PERMITENTE** deverá proceder vistoria nos bens cedidos, a fim de constatar o cumprimento, pelo **PERMISSIONÁRIO**, das obrigações assumidas neste Instrumento independentemente de aviso prévio, consulta ou notificação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RESSARCIMENTO E DA PERMUTA

7.1. Ocorrendo avaria em qualquer dos bens cedidos e sendo desaconselhável economicamente o seu conserto, ou a hipótese de desaparecimento por furto, roubo ou extravio dos mesmos, o **PERMISSIONÁRIO** deverá:

- a) Ressarcir a **PERMITENTE** no valor de mercado dos bens, em 30 dias, contados da ocorrência do fato.
- b) Adquirir outro bem, de igual valor e forma, para substituir o bem avariado, furtado ou roubado.

7.2. Os bens móveis permitidos em uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, que passam a integrar o patrimônio do Município de Pará de Minas, após prévia avaliação e expressa autorização da **PERMITENTE**, desde que satisfeitas às obrigações contratuais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESTITUIÇÃO E DA DEVOLUÇÃO

8.1. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a restituir a **PERMITENTE** todos os bens cedidos, no estado normal de uso, caso ocorra a rescisão ou a extinção deste Instrumento.

8.2. O **PERMISSIONÁRIO** poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa, propor devolução de bens cujo uso lhe fora permitido, e que não mais sejam necessários ao cumprimento das metas avençadas.

CLÁUSULA NONA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS OMISSÕES

O presente Instrumento tem fundamento na **Lei Municipal**, regendo-se pelas disposições de Direito Civil, em especial as concernentes ao direito real de uso, aplicado supletivamente aos contratos administrativos, e, ainda, pelas cláusulas e condições estipuladas neste Termo e Contrato de Programa 0085/2023.

9.1. Os casos omissos ou excepcionais, assim como as dúvidas surgidas ou cláusulas não previstas neste termo, em decorrência de sua execução, serão dirimidas mediante acordo entre as partes por meio da Secretaria Municipal de Saúde, bem como pelas regras e princípios do Direito Público e em última instância pela autoridade judiciária competente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. Os interessados poderão rescindir o presente contrato de comum acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações no prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, necessitando, porém, de notificação prévia com antecedência mínima de 60 dias, retornando os bens ao status que ante.

10.2. Poderá ser rescindido unilateralmente, pelas partes, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação prévia de 60 dias, ou pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexequível.

[Handwritten signatures and initials]

CLAUSULA A SEITA - DUA TRACONAS E VISTORIA

As duas partes acordam em estabelecer a seguinte cláusula:

1. A PERMISSÃO DE ACESSO ÀS TRACONAS E VISTORIA será concedida a quem for autorizado pelo proprietário das mesmas.

CLAUSULA TERCEIRA - DE RESPONSABILIDADE E DE PERIGO

1. O proprietário das Tracoras e Vistorias não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes do uso das mesmas.

2. O usuário das Tracoras e Vistorias é responsável por danos materiais ou morais decorrentes do uso das mesmas.

3. O usuário das Tracoras e Vistorias é responsável por danos materiais ou morais decorrentes do uso das mesmas.

CLAUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VALIDADE

1. O presente acordo terá validade por prazo indeterminado.

2. O presente acordo poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer uma das partes.

CLAUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO ACORDO

1. O presente acordo poderá ser cancelado a qualquer tempo por qualquer uma das partes.

2. O presente acordo poderá ser cancelado a qualquer tempo por qualquer uma das partes.

CLAUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VALIDADE

1. O presente acordo terá validade por prazo indeterminado.

2. O presente acordo poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer uma das partes.





**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

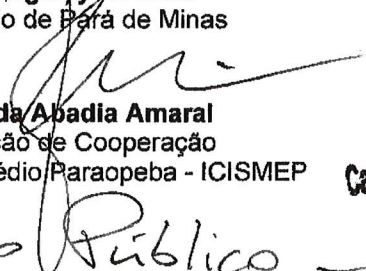
11.1 Os partícipes elegem o foro de Pará de Minas como competente para dirimir quaisquer divergências relacionadas ao presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO**, que não puderem ser resolvidas amigavelmente pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam os efeitos legais, às quais, depois de lidas, serão assinadas pelas testemunhas in fine indicadas.

Pará de Minas, 14 de agosto de 2023.


Elias Diniz
pelo Município de Pará de Minas

Wagner Magesty Silveira
pelo Município de Pará de Minas


Eustáquio da Abadia Amaral
pela Instituição de Cooperação
Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP


Carlos Alberto G. de Almeida
OAB/MG 167.340

- Consórcio Público -

Testemunha 01

Nome: Anderson Pereira Nogueira Araújo

Identidade: 116.115.329.975

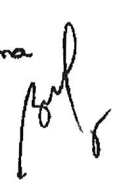
Testemunha 02

Nome: GERALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Identidade: 7.167.649

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS / MG

Praça Afonso Pena, 30 - Centro - Pará de Minas/MG - CEP 35.660-013 - (037) 3233-5600

emenda


1944

1944

1944

1944

1944

1944

1944

1944

1944

1944

1944

1944

1944

1944

1944

1944

1944

1944

1944

1944



ANEXO III

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS**, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A ICISMEP**, QUALIFICADA COMO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO DE SAÚDE, COM O OBJETIVO DE AUTORIZAR O USO DO IMÓVEL DENOMINADO UNIDADES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF's, NOSSA SENHORA DA PIEDADE, GRÃO PARÁ, SERINGUEIRAS/SÃO PAULO, SANTOS DUMONT, SÃO PEDRO, TAVARES E WALTER MARTINS/CECÍLIA MEIRELES DO MUNICÍPIO DE PARA DE MINAS/MG.

Por este instrumento de contrato, o **MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 18.313.817/0001-85, com sede na Praça Afonso Pena, nº 30 – Centro – na cidade de Pará de Minas, neste ato representado por **Elias Diniz**, Prefeito Municipal, portador do RG nº MG-4.590.976 e CPF nº 547.483.306-78 e **Wagner Magesty Silveira**, Secretário Municipal de Saúde, portador do RG nº MG-5.328.503 e CPF nº 771.014.216-87, **PERMITENTE** e do outro lado o Consórcio Público **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA – ICISMEP**, consórcio público de direito público, na forma de Associação Pública, de natureza autárquica interfederativa, inscrita no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10, com sede na Rua Orquídeas, 489, Bairro Flor de Minas, São Joaquim de Bicas/MG, neste ato representada pelo seu Diretor Geral, Sr. Eustáquio da Abadia Amaral, inscrito no CPF sob o nº 055.506.886-20, doravante denominada **PERMISSIONÁRIO**, Considerando a legislação pertinente, e tendo em vista o disposto no Contrato de Programa 0085/2023, firmado entre o Município de Pará de Minas e a ICISMEP cujo objeto é o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA -ESF's, NOSSA SENHORA DA PIEDADE, GRÃO PARÁ, SERINGUEIRAS/SÃO PAULO, SANTOS DUMONT, SÃO PEDRO, TAVARES E WALTER MARTINS/CECÍLIA MEIRELES, COM LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS MODULARES ADAPTADAS PARA AS UNIDADES: SERINGUEIRAS/SÃO PAULO, SÃO PEDRO E TAVARES, COM EQUIPE MÉDICA E EQUIPE DE SAÚDE BUCAL PARA AS DEMAIS UNIDADES NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS**, as partes **RESOLVEM** firmar o presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL**, nos termos das normas disciplinares previstas no ordenamento jurídico vigente, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

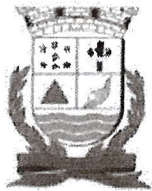
1.1. O presente instrumento tem por objeto a cessão e permissão de uso do imóvel, especificamente o espaço destinado aos serviços das Unidades de Estratégia de Saúde da Família -ESF's, Nossa Senhora da Piedade, Grão Pará, Seringueiras/São Paulo, Santos Dumont, São Pedro, Tavares e Walter Martins/Cecília Meireles.

1.2. Este Termo de Permissão de Uso é parte integrante do Contrato de Programa 0085/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO E USO DO IMÓVEL

2.1. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a utilizar o imóvel exclusivamente para atender ao Sistema Único de Saúde - SUS.

2.2. O **PERMISSIONÁRIO** não poderá dar qualquer outra destinação ao imóvel, que não seja o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde, sob pena de responder administrativa, civil e penalmente, na forma da lei.



CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. A PERMITENTE se compromete a:

- a) Por força do presente Instrumento, dar em cedência e permitir o uso, a título gratuito, o imóvel descrito na Cláusula Primeira deste Instrumento.

3.2. O PERMISSIONÁRIO se compromete a:

- a) Vistoriar o imóvel, no prazo máximo de 30 dias após a assinatura do Contrato de Programa 0085/2023, emitindo Termo de Vistoria atestando seu bom estado de conservação.
- b) Conservar e zelar pelo perfeito estado do imóvel objeto deste Termo, utilizando-o como se lhe pertencesse, conservando-o e fazendo com que seu uso e gozo sejam pacíficos e harmônicos, principalmente com vizinhos, e utilizá-lo de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda.
- c) No caso de rescisão ou extinção do Contrato de Programa 0085/2023, restituir o imóvel cedido nas mesmas condições em que o recebeu, respeitada sua depreciação natural e o Termo de Vistoria.
- d) Não emprestar, ceder, locar ou de qualquer outra forma repassar a terceiros o imóvel objeto deste Termo, no todo ou em parte, sem o prévio e expresso consentimento da PERMITENTE.
- e) Declarar-se ciente de que este Termo se tornará nulo, independentemente de ato especial, sem que lhe seja devida qualquer indenização, caso haja necessidade e comprovado interesse público, de dar destinação diversa, da prevista neste Instrumento, ao imóvel ora cedido.
- f) É facultado a PERMISSIONÁRIA executar obras complementares no imóvel, ficando condicionada a apresentação de projeto para prévia análise e aprovação da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA, ALTERAÇÃO E PUBLICAÇÃO

- 4.1. O presente Instrumento vigorará enquanto vigor o Contrato de Programa 0085/2023.
- 4.2. Este Instrumento poderá ser alterado, nos casos previstos no ordenamento jurídico vigente, por meio de termo aditivo, desde que devidamente justificado, e anterior ao término da vigência, devendo para tanto ser respeitados o interesse público e o objeto desta Permissão.
- 4.3. A PERMITENTE fará publicação do extrato deste Instrumento, no site oficial do Município de Pará de Minas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DAS BENFEITORIAS E VISTORIA

- 5.1. As benfeitorias realizadas pelo PERMISSIONÁRIO serão incorporadas ao imóvel, sem que lhe assista o direito de indenização ou de retenção, salvo acordo formal em contrário.
- 5.2. A PERMITENTE deverá proceder à vistoria no imóvel cedido, a fim de constatar o cumprimento, pelo PERMISSIONÁRIO, das obrigações assumidas neste Instrumento independentemente de aviso prévio, consulta ou notificação.

CLÁUSULA SEXTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS OMISSÕES

- 6.1. O presente Instrumento tem fundamento na Lei Municipal nº 5571/2015, regendo-se pelas disposições de Direito Civil, em especial as concernentes ao direito real de uso, aplicado supletivamente as normas que regem os contratos administrativos e, ainda, pelas cláusulas e condições estipuladas neste Termo e no Contrato de Programa 0085/2023.
- 6.2. O presente Termo, em decorrência de sua execução, serão dirimidas mediante acordo entre as partes por meio da Secretaria Municipal de Saúde, bem como pelas regras e princípios do Direito Público e em última instância pela autoridade judiciária competente.

10
Assinatura
Assinatura



PREFEITURA
PARÁ DE MINAS



CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. Os interessados poderão rescindir de comum acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações no prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, necessitando, porém, de notificação prévia com antecedência mínima de 60 dias, retornando o bem ao status quo ante.

7.2. Poderá ser rescindido unilateralmente pelas partes, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação prévia de 60 dias, ou pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutível.

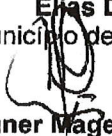
CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1. Os partícipes elegem o foro de Pará de Minas como competente para dirimir quaisquer divergências relacionadas ao presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO**, que não puderem ser resolvidas amigavelmente pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

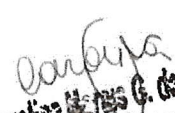
E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam os efeitos legais, às quais, depois de lidas, serão assinadas pelas testemunhas in fine indicadas.

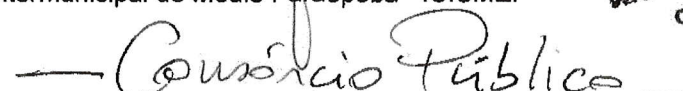
Pará de Minas, 14 de agosto de 2023.


Elias Diniz
pelo Município de Pará de Minas


Wagner Magesty Silveira
pelo Município de Pará de Minas


Eustáquio da Abadia Amaral
pela Instituição de Cooperação
Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP


Carolina Mendes G. de Almeida
OAB/MG 107.340


Conselho Público

Testemunha 01

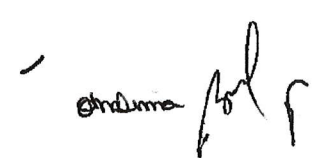
Nome: Miniam Prates Nogueira Bastian

Identidade: MG 11532975

Testemunha 02

Nome: Carla Rosalino do Carmo

Identidade: 7.167.649





ANEXO IV

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTO MENSAL

RECURSOS HUMANOS				
QUANT	DESCRIÇÃO	CH	SALÁRIO	VALOR MENSAL
18	RECEPCIONISTA	40H/SEM	R\$ 2.047,32	R\$ 67.126,19
3	GERENTE ADMINISTRATIVO	40H/SEM	R\$ 2.600,00	R\$ 13.470,24
4	VIGIA	12X36 - NOTURNO	R\$1.334,04	R\$ 12.467,72
7	SERVIÇO GERAIS	40H/SEM	R\$1.334,04	R\$ 22.481,32
2	ODONTÓLOGO	40H/SEM	R\$ 7.099,39	R\$ 21.734,55
2	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	40H/SEM	R\$ 2.034,39	R\$ 7.517,60
4	ENFERMEIRO	40H/SEM	R\$ 7.099,39	R\$ 43.469,11
VALOR TOTAL				R\$ 188.266,73

SERVIÇOS MÉDICOS - VARIÁVEL				
DESCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA	VALOR UNITÁRIO	QUANT. ESTIMADO	VALOR MENSAL
MÉDICO GENERALISTA (SAÚDE DA FAMÍLIA)	40H/SEM	R\$ 18.500,00	28	R\$ 518.00,00
MÉDICO GENERALISTA (SAÚDE DA FAMÍLIA)	30H/SEM	R\$ 13.875,00	3	R\$ 41.625,00
MÉDICO GENERALISTA (SAÚDE DA FAMÍLIA)	20H/SEM	R\$ 9.250,00	3	R\$ 27.750,00
VALOR VARIÁVEL PARA OS PROFISSIONAIS MÉDICOS, MEDIANTE AO CUMPRIMENTO DE METAS MENSAS DE ATENDIMENTO. QUANTITATIVO MÍNIMO 400 CONSULTAS	-	R\$ 925,24	28	R\$ 25.906,72
SUBTOTAL				R\$ 613.281,72

INSUMOS E MATERIAIS DE CONSUMO	
DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL ESTIMADO
ESTIMATIVA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES	R\$28.937,80
ESTIMATIVA DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO, GRÁFICO E DE COMUNICAÇÃO VISUAL	R\$ 5.879,00
ESTIMATIVA DE MATERIAL DE ODONTOLÓGICO	R\$ 7.697,39
ESTIMATIVA DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E DESCARTÁVEIS	R\$ 13.620,00
ESTIMATIVA GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E GÁS DE COZINHA	R\$ 4.460,00
SUBTOTAL	R\$ 60.594,19

DEMAIS SERVIÇOS	
DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL ESTIMADO
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ 35.198,54
ESTIMATIVA DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA	R\$ 3.950,00
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS, AR-CONDICIONADO (INCLUINDO INSTALAÇÃO), ODONTOLÓGICOS E CÂMARAS DE VACINAS (INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS ATÉ O SALDO MENSAL)	R\$ 16.960,00
MANUTENÇÃO PREDIAL (INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA E DEDETIZAÇÃO DAS UNIDADES)	R\$ 18.473,68
SUBTOTAL	R\$ 74.582,22

Handwritten signatures and initials: "10", "Z", "Lafayette", "Gimelma", "P", "r".

Section 1

Section 1.1

Section 1.2

Section 1.3

Section 1.4

Section 1.5

Section 1.6

Section 1.7

Section 1.8

Section 1.9

Section 1.10

Section 1.11

Section 1.12

Section 1.13

Section 1.14

Section 1.15

Section 1.16

Section 1.17

Section 1.18

Section 1.19

Section 1.20

Section 1.21

Section 1.22

Section 1.23

Section 1.24



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



DEMAIS SERVIÇOS – SERINGUEIRAS	
DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL ESTIMADO
LOCAÇÃO DE ESTRUTURA MODULAR CLIMATIZADA, COM APROXIMADAMENTE 135 METROS QUADROS, CLIMATIZADA COM PISO- REVESTIMENTO EM MANTA VINÍLICA REVESTIMENTO EM PLURIGOMA COMPENSADO NAVAL, ESQUADRIAS JANELAS - VITRO DE CHAPA MÁXIMA DE CORRER, COM PORTAS- PORTA SIMPLES E PORTA DUPLA NA ENTRADA, PONTOS COM LUMINÁRIA COMPACTA EM LED, INTERRUPTOR SIMPLES, PONTO TELEFONE TOMADA DE BAIXA, TOMADA MÉDIA, QUADRO ELÉTRICO E PONTO HIDRÁULICO DE ÁGUA E ESGOTO. DIVIDIDA EM AMBIENTES CONFORME LAYOUT APRESENTADO, COM NO MÍNIMO DE 5 BANHEIROS E 1 BANHEIRO PND. CABE RESSALTAR QUE O LAYOUT PODE SER ALTERADO CONFORME AS CARACTERÍSTICAS DO TERRENO, OU ACORDO ENTRE AS PARTES.	R\$ 21.052,63
PARCELA UNICA	PARCELA UNICA
MOBILIZAÇÃO (AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA MODULAR)	R\$ 17.652,63
DESMOBILIZAÇÃO DE TODA ESTRUTURA (ATUAL E DA AMPLIAÇÃO)	R\$ 53.721,05
SOBRE TETO PARA TODA A ESTRUTURA MODULAR	R\$ 39.991,37
SUBTOTAL	R\$ 132.417,68

DEMAIS SERVIÇOS – TAVARES E SÃO PEDRO		
DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR MENSAL ESTIMADO
LOCAÇÃO DE ESTRUTURA MODULAR CLIMATIZADA, COM APROXIMADAMENTE 80 METROS QUADROS, CLIMATIZADA COM PISO- REVESTIMENTO EM MANTA VINÍLICA REVESTIMENTO EM PLURIGOMA COMPENSADO NAVAL, ESQUADRIAS JANELAS - VITRO DE CHAPA MÁXIMA DE CORRER, COM PORTAS- PORTA SIMPLES E PORTA DUPLA NA ENTRADA, PONTOS COM LUMINÁRIA COMPACTA EM LED, INTERRUPTOR SIMPLES, PONTO TELEFONE TOMADA DE BAIXA, TOMADA MÉDIA, QUADRO ELÉTRICO E PONTO HIDRÁULICO DE ÁGUA E ESGOTO. DIVIDIDA EM AMBIENTES CONFORME LAYOUT APRESENTADO, COM NO MÍNIMO DE 5 BANHEIROS E 1 BANHEIRO PND. CABE RESSALTAR QUE O LAYOUT PODE SER ALTERADO CONFORME AS CARACTERÍSTICAS DO TERRENO, OU ACORDO ENTRE AS PARTES.	2	R\$ 26.017,66
PARCELA UNICA		PARCELA UNICA
MOBILIZAÇÃO	2	R\$ 35.265,26
DESMOBILIZAÇÃO	2	R\$ 35.265,26
SOBRE TETO PARA TODA A ESTRUTURA MODULAR	2	R\$ 39.991,36
SUBTOTAL		R\$ 136.539,54
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA PARCELAS UNICAS		R\$ 221.886,93
VALOR ESTIMADO MENSAL		R\$ 983.795,15
VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL, COM PARCELAS UNICAS		R\$ 1.205.682,08

Handwritten signatures and initials:
- Top right: "176 M" (from stamp)
- Bottom right: "L.P.", "Z", "M. Lima", "P.O." (handwritten)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÚJOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ 18.300.996/0001-16



CONTRATO DE PROGRAMA N.º 07/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2024

CONTRATO DE PROGRAMA PARA GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA -ESF's E PRONTO ATENDIMENTO NO MUNICÍPIO DE ARAÚJOS.

Por este instrumento de contrato, o **MUNICÍPIO DE ARAÚJOS**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde**, CNPJ nº 18.300.996/0001-16, com sede na avenida Juiz de Fora, nº 1.525 – Centro – CEP 35.603-000, na cidade de Araújos, neste ato representado por **Geraldo Magela da Silva, Prefeito Municipal**, portador do RG nº MG – 7.614.059 CPF nº 995.677.096 e **Bruno Cesar da Cunha**, Secretária Municipal de Saúde, portador do RG nº 13.462.991 e CPF nº 066.866.706-00, tendo em vista o que dispõe a Lei Municipal 2.057, de 29 dezembro de 2021, em consonância com a Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 regulamentada pelo Decreto nº 6.107, de 17 de janeiro de 2007, **RESOLVE** celebrar **CONTRATO DE PROGRAMA**, nos termos do art. 75, XI da Lei 14.133/21, com o Consócio Público **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA – ICISMEP**, pessoa jurídica de direito público, na forma de Associação Pública, de natureza autárquica interfederativa, inscrita no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10, com sede na Rua Orquídeas, 489, Bairro Flor de Minas, São Joaquim de Bicas/MG, neste ato representada pelo seu Diretor Institucional, **Sr. Eustáquio da Abadia Amaral**, inscrito no CPF sob o nº 055.506.886-20, no âmbito municipal, para o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA -ESF's E PRONTO ATENDIMENTO NO MUNICÍPIO DE ARAÚJOS /MG** para atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **CONTRATO DE PROGRAMA** tem por objeto o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA -ESF's E PRONTO ATENDIMENTO NO MUNICÍPIO DE ARAÚJOS/MG** pela **CONTRATADA**, conforme cláusulas a seguir, as quais passam a integrar o presente contrato, independentemente de transcrição.

§ 1º – O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia, qualidade e resultados esperados, conforme definidos nos anexos deste instrumento.

§ 2º – A execução material do objeto poderá ser efetivada por contratação de terceiros, mantidas as responsabilidades inerentes à Instituição de Cooperação.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

DEPARTMENT OF CHEMISTRY

PHYSICAL CHEMISTRY

PHYSICAL CHEMISTRY

PHYSICAL CHEMISTRY

PHYSICAL CHEMISTRY

PHYSICAL CHEMISTRY

PHYSICAL CHEMISTRY

PHYSICAL CHEMISTRY

PHYSICAL CHEMISTRY



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÚJOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ 18.300.996/0001-16



§ 3º – Fazem parte integrante deste **CONTRATO**, os seguintes anexos:

- Anexo I – Indicadores e Metas
- Anexo II - Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis;
- Anexo III - Termo de Permissão de Uso de Bem Imóvel;
- Anexo IV - Planilha de Estimativa de Custos;

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

I – Na área de gestão:

- a) Assegurar a organização, administração e gerenciamento das Unidades que são objeto do **CONTRATO DE PROGRAMA**, por meio do desenvolvimento de técnicas modernas e adequadas que permitam o desenvolvimento da estrutura funcional e a manutenção física das referidas Unidades e de seus equipamentos, além do provimento dos insumos necessários à garantia do seu pleno funcionamento;
- b) Manter as unidades de Estratégia de Saúde da Família – ESF's, bem como todos os seus serviços, conforme definido no objeto do **CONTRATO DE PROGRAMA**, atendendo às obrigações constantes das especificações técnicas previstas nos Anexos que integram este e daquelas estabelecidas na legislação referente ao Sistema Único de Saúde – SUS, bem como, nos demais diplomas federal e municipal que regem a presente contratação;
- c) Cumprir as condições estabelecidas neste projeto durante todo o prazo de vigência do **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- d) Contratar pessoal nos casos de demanda comprovada, após o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, mediante processo seletivo simplificado, com critérios objetivos, sendo a ampliação de pessoal objeto de reajuste de valor contratual;
- e) Executar o objeto do contrato conforme especificado, responsabilizando-se exclusiva e integralmente pelo pessoal contratado utilizado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, e, inclusive de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada, sem nenhuma transferência de responsabilidade para a **CONTRATANTE**;
- f) Assumir os riscos inerentes a atividade, bem como todos e quaisquer ônus relativos a impostos, taxas, obrigações trabalhistas e aqueles pertinentes a Seguridade Social;
- g) Manter a capacitação permanente dos profissionais que prestam os serviços relacionados ao presente **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- h) Implantar serviço de logística de suprimentos, a fim de garantir adequado fornecimento de materiais, equipamentos e medicamentos às unidades de saúde que compõem o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**;

1. OBJETIVO: Avaliar o risco de contaminação da água potável.

2. AMBITO: Sistema de abastecimento de água potável.

3. METODOLOGIA: Análise de risco qualitativa.

4. RESULTADOS: Risco de contaminação da água potável.

1. OBJETIVO DO RELATÓRIO

1.1. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste relatório é avaliar o risco de contaminação da água potável, considerando os aspectos de saúde pública e ambiental.

A avaliação de risco é realizada com base em dados coletados durante a inspeção visual e em informações fornecidas pelos responsáveis pelo sistema de abastecimento de água potável.

1.2. OBJETIVO ESPECÍFICO

O objetivo específico deste relatório é identificar os pontos de vulnerabilidade do sistema de abastecimento de água potável, visando a prevenção de contaminações.

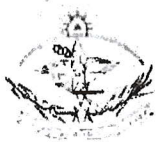
A avaliação de risco é realizada com base em dados coletados durante a inspeção visual e em informações fornecidas pelos responsáveis pelo sistema de abastecimento de água potável.

A avaliação de risco é realizada com base em dados coletados durante a inspeção visual e em informações fornecidas pelos responsáveis pelo sistema de abastecimento de água potável.

A avaliação de risco é realizada com base em dados coletados durante a inspeção visual e em informações fornecidas pelos responsáveis pelo sistema de abastecimento de água potável.

A avaliação de risco é realizada com base em dados coletados durante a inspeção visual e em informações fornecidas pelos responsáveis pelo sistema de abastecimento de água potável.

ARARAUJO, 10 de maio de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÚJOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ 18.300.996/0001-16



- i) Elaborar proposta de regimento interno, protocolo de funcionamento, ou instrumento do gênero, das unidades de Estratégia de Saúde da Família – ESF's , implementando-os;
- j) Gerar e fornecer para os órgãos fiscalizadores e reguladores relatórios estatísticos e gerenciais de acordo com o interesse do gestor municipal;
- k) Assumir solução rápida e efetiva de problemas gerados na realização dos procedimentos ou atrasos junto ao paciente, servidores e Secretaria Municipal de Araújos;
- l) Implementar o organograma previsto para as unidades no prazo de 60 (sessenta) dias do início do Contrato, sendo que, qualquer alteração do mesmo deverá ser submetida e aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde.

II – Na área assistencial:

- a) Atender exclusivamente aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS nas unidades objeto do contrato e garantir:
 - A universalidade de acesso aos serviços de saúde prestados;
 - A integralidade da assistência dentro da sua capacidade instalada;
 - A implementação da Política Nacional de Humanização no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, contemplando o Acolhimento com Classificação de Risco;
 - A resolubilidade e a qualidade do serviço ofertado aos usuários do SUS;
 - Condições para manutenção e obtenção de novas habilitações para as unidades objeto deste contrato perante o Ministério da Saúde (MS);
- b) Atuar de forma a atingir elevados índices de satisfação, conforme indicadores de qualidade dos serviços;
- c) Implementar protocolos assistenciais, que visem melhorar a qualidade da assistência prestada ao paciente.

III – Na execução do serviço:

- a) Responsabilizar-se pelo custeio das Unidades no que se refere a materiais de consumo, manutenção predial, dedetização das unidades, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e materiais médico hospitalares inclusive equipamentos odontológicos e câmaras de refrigeração de vacina, equipamento de ar condicionado e demais despesas inerentes a operacionalização e funcionalidade dos serviços. Havendo a obrigatoriedade de pagamento, os valores serão glosados no mês;
- b) Responsabilizar-se por todas as ações e medidas necessárias a emissão e manutenção dos alvarás de funcionamento e sanitário junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, exceto de adequação física e estrutural das unidades;
- c) Quando houver manifestação de interesse por parte do município, o consórcio Contratado poderá

[Handwritten signature]
Carneiro

[Handwritten initials]

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

PHYSICS DEPARTMENT

CHICAGO, ILL.

TO THE PHYSICS DEPARTMENT, UNIVERSITY OF CHICAGO, FROM THE PHYSICS DEPARTMENT, UNIVERSITY OF MICHIGAN, LIBRARY, ANN ARBOR, MICHIGAN, U.S.A.

RECEIVED JANUARY 15, 1964

THIS BOOK IS THE PROPERTY OF THE PHYSICS DEPARTMENT, UNIVERSITY OF CHICAGO, AND IS LOANED TO THE PHYSICS DEPARTMENT, UNIVERSITY OF MICHIGAN, LIBRARY, ANN ARBOR, MICHIGAN, U.S.A.

IT IS TO BE KEPT IN THE PHYSICS DEPARTMENT, UNIVERSITY OF CHICAGO, AND IS TO BE RETURNED TO THE PHYSICS DEPARTMENT, UNIVERSITY OF CHICAGO, LIBRARY, CHICAGO, ILL., U.S.A.

DATE OF RETURN: _____

NAME OF BORROWER: _____

ADDRESS: _____

CITY: _____

STATE: _____

COUNTRY: _____

DATE OF ACQUISITION: _____

REMARKS: _____

DATE OF ACQUISITION: _____

DATE OF ACQUISITION: _____

DATE OF ACQUISITION: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÚJOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ 18.300.996/0001-16



realizar a reforma e/ou ampliação das unidades objeto deste contrato;

d) Manter atualizado o prontuário dos pacientes, assim como registro e arquivo dos procedimentos realizados, conforme determinação dos Conselhos Regionais ou Órgãos que fiscalizam o exercício profissional (data, avaliação ou impressão de procedimentos realizados, diagnóstico, conduta, carimbo e assinatura do profissional responsável);

e) Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados nas Unidades disponibilizando, a qualquer momento, à **CONTRATANTE** e às auditorias do SUS, as fichas e prontuários dos usuários, em meio físico ou eletrônico certificado, assim como os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados;

f) Observar todos os direitos dos usuários, inerentes aos serviços de saúde, como:

- Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- Justificar ao paciente ou responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer procedimento, encaminhando cópia da correspondência à Diretoria de Planejamento em Saúde;
- Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário mantendo sempre a qualidade na prestação de serviço;
- Garantir o fornecimento do serviço a qualquer pessoa, sem discriminar ou estabelecer diferenças de tratamento entre usuários, nos termos previstos na legislação aplicável e no **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- Formalizar a justificativa das razões técnicas da não realização de qualquer ato profissional quando requerido pelo paciente ou por seu responsável;
- Esclarecer aos usuários sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- Respeitar a decisão do usuário ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, desde que firmado termo de responsabilidade, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;
- Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos usuários;
- Assegurar a presença de um acompanhante às consultas de crianças, gestantes e idosos;
- Garantir atendimento igualitário aos usuários, exceto nos casos previstos em lei.

g) Implantar, alimentar e gerenciar sistema de informação e gestão em saúde (SIDIN ou outro que vier a substituí-lo), com capacidade de geração de arquivos e alimentação dos bancos de dados dos sistemas de informação do SUS, de forma a possibilitar compartilhamento das informações;

h) Assistir de forma abrangente aos usuários e alimentar, fidedignamente, o Sistema E-Sus AB, segundo os critérios da **CONTRATANTE**, de acordo com as normas do Ministério de Saúde - MS;

i) Manter quadro de recursos humanos qualificados e compatíveis com o porte das Unidades e com os serviços prestados, conforme estabelecido nas normas sanitárias, para funcionamento adequado e ininterrupto e outras normas detalhadas neste Instrumento;

j) Implantar e garantir o adequado funcionamento dos serviços que compõem as equipes de saúde a família e observar todos os direitos dos usuários, inerentes aos serviços de saúde;

PRINCIPAL MUNICIPAL DE VILLAVIEJA

PRINCIPAL MUNICIPAL DE VILLAVIEJA

PRINCIPAL MUNICIPAL DE VILLAVIEJA

PRINCIPAL MUNICIPAL DE VILLAVIEJA

PRINCIPAL MUNICIPAL DE VILLAVIEJA

PRINCIPAL MUNICIPAL DE VILLAVIEJA

PRINCIPAL MUNICIPAL DE VILLAVIEJA

PRINCIPAL MUNICIPAL DE VILLAVIEJA

PRINCIPAL MUNICIPAL DE VILLAVIEJA

PRINCIPAL MUNICIPAL DE VILLAVIEJA

PRINCIPAL MUNICIPAL DE VILLAVIEJA

PRINCIPAL MUNICIPAL DE VILLAVIEJA

PRINCIPAL MUNICIPAL DE VILLAVIEJA

PRINCIPAL MUNICIPAL DE VILLAVIEJA

PRINCIPAL MUNICIPAL DE VILLAVIEJA

PRINCIPAL MUNICIPAL DE VILLAVIEJA

PRINCIPAL MUNICIPAL DE VILLAVIEJA

PRINCIPAL MUNICIPAL DE VILLAVIEJA

PRINCIPAL MUNICIPAL DE VILLAVIEJA

PRINCIPAL MUNICIPAL DE VILLAVIEJA

PRINCIPAL MUNICIPAL DE VILLAVIEJA